



Assembleia Municipal de Monchique

ACTA N.º 02 / **200** 6

SESSÃO ¹ extraordinária **REALIZADA**

NO DIA 21 **DE** MARCO **DE 200** 6

¹ Extraordinária ou ordinária conforme os casos

Acta número 2/2006

Acta da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 21 de Março de 2006.-----

Aos 21 dias do mês de Março do ano de 2006, pelas 21h20, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Um: Deliberação sobre as propostas de:-----

Um ponto um: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (versão final);-----

Um ponto dois: Plano Regional do Ordenamento Florestal do Algarve (versão final);-----

Um ponto três: Plano Sectorial da Rede Natura (versão para discussão pública);-----

Um ponto quatro: Plano de Ordenamento da Barragem de Odelouca – caracterização e pré-proposta de ordenamento (INAG).-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Henrique Jorge Vicente Maio, Segundo Secretário em substituição do Primeiro Secretário Mário Manuel Papuchinha David, ausente nesta sessão, nos termos do estatuído no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e por José Alves Francisco nomeado Segundo Secretário por sugestão do Presidente a que o Plenário não obsteu -----

Pelas 21h20 o Segundo Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Manuel da Silva Furtado, Maria da Graça Moreira da Silva Mira, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa; António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Luís Filipe Silva Bebiano e José Alves Francisco; **do PSD:** Fernando António Andrez Várzea, Rui Miguel da Silva André, António Manuel Rodrigues Venda, Dina Paula Correia Baiona, Paulo Alexandre Duarte Rosa e Luís Filipe de Carvalho Grade,-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão -----

O Presidente da Mesa informou o plenário que a acta da sessão ordinária de 10 de Março de 2006 não se encontrava ainda completa devido ao curto período que mediara aquela da sessão actual e assim seria apreciada e votada juntamente com a presente acta na próxima sessão da Assembleia ---

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do n.º2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 29, de 27 de Fevereiro de 2006, registado com o n.º 20, com o envio do boletim ANMP n.º 142, referente a Dezembro 2005; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 38, de 16 de Março de 2006, registado com o n.º 21, prestando informações sobre o “Plano de Contingência para Ondas de Calor 2006” -----

Justificação de faltas. Foram presentes: carta de Maria da Graça Moreira da Silva Mira, sem referência e sem data, registada com o n.º 17, com justificação da falta à sessão ordinária de 10 de Março 2006; carta de Mário Manuel Papuchinha David, sem referência, de 15 de Março 2006, registada com o n.º 18, com justificação para a sua falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Socialista à eleição da Assembleia Municipal de Monchique; carta de Paulo Jorge Martins Teodoro, Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite, com justificação para a sua falta à presente sessão -----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles deputados municipais -----

Pelas 21h25 entrou na sala Maria da Graça Cerro Batalim da Mota passando a integrar os trabalhos do plenário.-----

Pelas 21h30, atingido o período limite para o registo de assiduidade é o

seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

Presenças:-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	José Manuel da Silva Furtado
PSD	Rui Miguel da Silva André
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira
PSD	António Manuel Rodrigues Venda
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	José Alves Francisco (em substituição de Mário Manuel Papuchinha David)
PSD	Dina Paula Correia Baiona
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	Henrique Jorge Vicente Maio
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Luís Filipe da Silva Bebiano
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PS	Mário Manuel Papuchinha David	Apresentou solicitando substituição
PSD - Pres Junta de Freguesia de Marmeleite	Paulo Jorge Martins Teodoro	Apresentou

Seguidamente deu-se entrada ao Período da Ordem do Dia-----

Um ponto um: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (versão final);-----

Após a introdução deste ponto cujo documento técnico contendo o parecer da Câmara de Monchique sobre a proposta final do PROIAlgarve passa a

constituir o anexo n.º 6/2006 às actas, o Presidente da Mesa deu a palavra aos membros que quisessem usar da palavra.-----

Falou o membro António Venda, do PSD, dizendo que tinha questões a colocar e assim aguardaria pela presença do Presidente da Câmara.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro dizendo que se as respostas dependessem do Presidente da Câmara era lógico que fossem colocadas na presença deste, contudo se houvesse intervenções de cariz não interrogativo os membros poderiam fazê-lo desde já. Pensando que a posição da assembleia seria à partida a de repudiar as propostas do PROIALgarve, do PROF e do Plano Sectorial da Rede Natura, a exemplo da posição tomada unanimemente pelo executivo municipal, disse que tal posição poderia revestir-se na forma de reiterar os pareceres técnicos do executivo ou alternativamente produzir documentos manifestando a deliberação específica da Assembleia -----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, dizendo lamentar que a proposta do PROIALgarve, se apresentasse como exageradamente proteccionista, contrariando todas as expectativas criadas em relação ao desenvolvimento do concelho. As pessoas tinham de ter um relacionamento com o ambiente numa postura de respeito mas, por sua vez, também a Natureza teria de servir como sempre se servira, de factor económico para as gentes da serra. Assim a bancada do Partido Socialista iria reiterar o teor do documento da Câmara Municipal -----

Falou o membro Fernando Várzea, do PSD, dizendo que o assunto que estava em discussão não podia ser tratado só na perspectiva daquilo que se tinha lido. O parecer da Câmara continha apreciações generalistas e era pouco esclarecedor relativamente a determinados pormenores ou casos concretos. Não obstante lhe causar também apreensão a proposta de PROIALgarve, as sucessivas leituras dos documentos tinham-lhe suscitado dúvidas que gostaria de ver esclarecidas pelo representante da Câmara Municipal. Mencionou alguns exemplos como fosse: quando a proposta do PROIALgarve previa o tratamento dos efluentes das suiniculturas mas depois não previa financiamento para esse tratamento, em que ponto é que se ficava; quando se mencionava 450 fogos como limite de crescimento da zona urbana de Monchique para um período de dez anos, que número se poderia contrapor da parte do município; quando diz que construção isolada só se pode fazer a partir de uma parcela mínima de 20 ha, o que é que se

iria contra-propor. Por fim reportou-se à pavimentação da estrada Monchique Portimão dizendo que quando esta começara sentira grande esperança na melhoria da acessibilidade mas hoje questionava-se se valera a pena todo o empenho porque se mencionava agora uma segunda via de acesso -----

Sendo 21h45 deu entrada na sala o Presidente da Câmara passando a integrar os trabalhos desta sessão.-----

Falou o membro Rui André, do PSD, dizendo que teria gostado que a proposta do PROI Algarve fosse capaz de articular as riquezas naturais com as potencialidades a nível económico para assegurar o desenvolvimento sustentado da região e que também delineasse estratégias para combater as assimetrias regionais, mas por outro lado questionava-se qual o sentido prático de estar a discutir um Plano que seria inviabilizado pela Reserva Ecológica Nacional, Rede Natura e outros hierarquicamente superiores. Também as restrições que a proposta impunha relativamente a aldeias davam a ideia de se tratar de mais uma forma de continuar a estrangular certos concelhos. Disse ainda que, não obstante o Presidente da Câmara tentar evitar essa ligação, este era um documento produzido pelo governo PS, em funções há um ano, na vigência do qual fora demitido o Professor Paulo Correia e a sua equipa, que até estava a realizar um bom trabalho, como fora reconhecido. Por fim disse que subsistia a dúvida se este era um documento com carácter definitivo, - o que esperava que o Presidente da Câmara esclarecesse - ou se havia possibilidades de produzir alterações com as posições que viessem a ser tomadas-----

Terminada esta intervenção o Presidente da Assembleia Municipal deu, de novo a palavra ao membro António Venda para este colocar as questões que manifestara interesse em colocar uma vez que o Presidente da Câmara já se encontrava presente na sala.-----

Tendo o membro António Venda começado a sua intervenção o Presidente da Câmara atalhou-o dirigindo-se à Mesa a questionar por que razão era necessária a sua presença para que os membros da Assembleia pudessem intervir -----

O Presidente da Assembleia Municipal replicou que, uma vez que estava em causa uma proposta do executivo municipal, era óbvia a necessidade da presença do Presidente da Câmara para poder responder às questões suscitadas pelo documento.-----

O Presidente da Câmara disse ainda que os técnicos da Câmara Municipal poderiam ter respondido às questões que os senhores membros pudessem colocar.-----

Redarguiu o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que os técnicos da Câmara Municipal poderiam efectivamente responder às questões desde que autorizados por ele, Presidente da Câmara, o que até ao momento não sucedera. Depois deu de novo a palavra ao membro António Venda dizendo que quem dirigia os trabalhos do plenário era a sua pessoa, mandatada para tal. O membro António Venda falou, reportando-se à sessão anterior do órgão deliberativo mencionando a intervenção do Presidente da Câmara, para além das palavras que dirigira ao seu par de bancada Rui André.-----

Acto contínuo o Presidente da Câmara manifestou a sua intenção de se ausentar dos trabalhos, dizendo que não tinha nada que falar da sessão anterior.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu-lhe que era livre de o fazer sendo que como consequência disso ele interromperia a sessão.-----

O membro António Venda disse que, visto estar a haver este incidente com a sua intervenção, seria ele a retirar-se da sessão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal retorquiu ao senhor membro reiterando ser ele a dirigir os trabalhos e dizendo-lhe que não lhe tinha retirado a palavra e assim se pretendesse abandonar a sessão seria de sua vontade ficando expresso que não lhe fora coarctada a intervenção.-----

Pelas 21h50 o membro António Venda abandonou os trabalhos do plenário - Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

Falou o Presidente da Câmara dizendo que a sua demora se devera a ter estado numa reunião solicitada por um grupo que pretendia fazer um investimento de vulto no concelho de Monchique Prosseguiu, reportando-se depois aos documentos em apreço dizendo que estes não estavam ainda aprovados e nem se sabia quando seriam colocados à discussão pública, e o que solicitava à Assembleia era que desse apoio às posições da Câmara Municipal - a qual em reunião nesse dia aprovara por unanimidade o parecer -, para que houvesse uma só voz de Monchique quando chegasse a altura de argumentar, contestar ou discutir. Reportou-se então às palavras do membro Fernando Várzea para dizer que a acessibilidade entre Monchique e Portimão abordada no parecer tratava-se de uma via que nada tinha a ver

com a existente, que se considerava essencial. Quanto à intervenção em que se disse que este plano era obra do governo do PS, tratava-se de demagogia porque os documentos foram elaborados pela CCDR, cuja equipa até fora nomeada há dois anos na vigência do governo PSD, embora o que contasse neste momento era que o documento não servia os interesses de Monchique e seria isso que se diria no próximo dia 24 de Março na Comissão Mista de Coordenação. O documento do PROIALgarve era hierarquicamente superior ao Plano Sectorial da Rede Natura e ao PROF -----

Falou o membro Rui André perguntando, quais os critérios, levantamentos ou bases documentais que tinham sustentado considerandos e asserções encontrados no texto da proposta como fossem: *“A actual tendência dos índices de procura de habitação relativamente baixos nestas áreas”*; *“...calibrado aos padrões de povoamento da serra”* e *“construção de parques eólicos/solares”* -----

Falou o membro Carlos Almeida dirigindo-se ao membro Rui André, dizendo-lhe que talvez este estivesse equivocado com o que estava efectivamente em apreço nesta sessão. Não se tratava de discutir posições da Câmara nem documentos produzidos por esta mas sim concertar esforços em prol de Monchique. -----

Falou o Presidente da Junta de Freguesia de Alferce, Luís Bebian, dizendo que a possibilidade de manifestar opiniões estava em aberto porque os documentos não estavam ainda em discussão pública. Estes tinham sido distribuídos em formato digital a cada uma das bancadas e, tendo em consideração que todos os membros tinham tido acesso a eles, deveriam entender que a proposta da Câmara Municipal provinha da sua interpretação técnica. Disse também que a proposta do PROIALgarve era um documento muito mal preparado porquanto, por exemplo, definia pormenores de afastamentos em termos de construção quando era suposto dar orientações e não definições e também porque por outro lado omitira a análise e diagnóstico da unidade territorial serra, lacuna grave que deveria levar a equipa que preparou a proposta a retractar-se da falta de conteúdo e talvez elaborar um plano específico para aquela unidade territorial. Pelas razões que aduzia e todas as outras invocadas anteriormente não se revia naquela proposta e assim iria votar favoravelmente o parecer da Câmara Municipal. -

Falou ainda o membro Carlos Almeida dizendo que provavelmente os outros municípios algarvios e mormente os da zona de serra e barrocal iriam tomar

posições idênticas àquela de Monchique porque se viam prejudicados e porque viam as assimetrias entre o litoral e o interior, que era suposto corrigir, agravarem-se em vez de se amenizarem -----

Falou o Presidente da Câmara dizendo que o parecer da Câmara Municipal não se encontrava no documento digital que fora entregue a cada um dos líderes das bancadas. O parecer da Câmara Municipal era um documento elaborado durante um mês e meio pelos técnicos da Câmara Municipal, vereadores e presidente, após análise exaustiva ao documento da proposta do PROIALgarve, que marcava posições técnicas mas também políticas, porquanto não seria um técnico a defini-las, por exemplo, quantos parques eólicos iriam ser construídos. Assim se os membros da assembleia quisessem colocar questões técnicas estas seriam respondidas pelos técnicos e as questões políticas seriam respondidas por si -----

Falou o membro Rui André dizendo que a sua posição fora sempre de apoiar o parecer da Câmara Municipal e que provavelmente alguém teria inferido o contrário por ter colocado questões, que contudo considerava de certo modo já esclarecidas -----

O Presidente da Câmara pediu ainda a palavra para questionar o membro Fernando Várzea se ele concordava com a questão constante do plano de investimentos do parecer da Câmara Municipal onde se falava da segunda via de ligação Monchique / Portimão -----

Respondeu o membro Fernando Várzea à interpelação do Presidente da Câmara tendo começado por dizer que o ambiente que se estava a viver nesta sessão devia-se ao facto de ele não ter estado presente desde o início dos trabalhos do plenário porque senão teria entendido o conteúdo da sua primeira intervenção. As suas questões tinham a ver essencialmente com o facto de não lhe ter sido possível, dada a falta de disponibilidade de tempo necessária para isso, ler todos os documentos digitais que lhe tinham sido entregues por se tratar de milhares de páginas, e acreditava que tivesse sucedido o mesmo a outros membros do plenário. Por isso as questões que colocara tinham a ver com o seu direito enquanto membro da Assembleia de ser informado e prendiam-se mais propriamente com o conteúdo da proposta de PROIALgarve do que com o parecer da Câmara, em relação ao qual já manifestara o seu apoio. O caso que abordara da segunda via de ligação Monchique/Portimão era exactamente um exemplo do que lhe suscitava dúvidas em relação ao que se projectava para o futuro do concelho -----

O Presidente da Câmara disse ainda que os documentos digitais tinham sido estudados e debatidos a nível de instância partidária do PS sendo de pensar que tivesse sucedido o mesmo com o PSD -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos técnicos do município para os esclarecimentos que fossem necessários -----

Falou o eng^o José Montez, Chefe da Divisão da Rede Viária e Trânsito da Câmara Municipal de Monchique, tendo começado por definir a hierarquia dos diversos tipos de planos de ordenamento e as especificidades e objectivos de cada um. No caso concreto da proposta do PROTAlgarve a maior crítica que mereceu da análise aturada a que foi sujeito foi a de se substituir a outros planos mais vocacionados para definir pormenores quando era suposto ser um documento tão só estratégico. Disse também que o documento em si caracterizava e fazia o diagnóstico, de forma aparentemente feliz, de todo o litoral algarvio mas omitira, como aliás já fora dito, a unidade territorial serra. Falou ainda das incongruências contidas no plano de execução que o acompanha, por nomeadamente não concretizar as propostas em termos de prazos para a sua execução nem sequer as cabimentar financeiramente, ficando-se assim por um mero plano de intenções que, obviamente não serve -----

Falou de seguida a arqt^a Rosalina Cristina Correia, Chefe de Divisão de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Monchique que, tendo-se reportado essencialmente ao tema urbanismo e construção e reiterado alguns dos considerandos abordados anteriormente, disse que aquele plano indicava números concretos em diversos itens como fossem as áreas permitidas de construção, dimensão de parcelas para construção, número de camas turísticas, número de pisos permitidos, etc, em clara sobreposição aos planos directores municipais quando não era essa a sua vocação enquanto plano de ordenamento, e agravado com o facto de, quando confrontada com a questão de qual a base para chegar àqueles números, a própria equipa que preparara o documento não conseguira responder -----

Falou a eng^a Sónia Lopes Martinho, Chefe da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Monchique, dizendo que na proposta do PROTAlgarve era criada uma nova figura, a Reserva Ecológica Regional, em nada relacionada com a nacional, e caracterizada pela conjugação de três parâmetros com a ordem decrescente de importância: sítios classificados da Rede Natura 2000, corredores ecológicos e espaço

rural. Uma parte dos corredores ecológicos encontra-se localizada junto das linhas de água mas a outra não, sem que se entenda porquê, uma vez que é suposto os corredores ecológicos servirem um objectivo, ou serem direccionados para a protecção ou expansão de determinadas populações, o que não sucede neste caso, nem se definem larguras nem qual o tipo de intervenções que permitem. Por sua vez, o não ter sido feito o diagnóstico da unidade territorial serra torna impossível criar uma estratégia para o desenvolvimento da região -----

Falou ainda o Presidente da Câmara dizendo, em resumo, que o facto de não haver uma estratégia definida para o desenvolvimento dificultaria o encaixe da sub-região nos quadros de referência para acesso às verbas do próximo QCA.-----

Terminadas estas explanações, não havendo mais ninguém interessado em falar sobre este tema, o Presidente da Assembleia Municipal leu as conclusões do parecer da Câmara e seguidamente colocou-o à votação.-----

Contabilizados os votos verificou-se que o parecer técnico da Câmara Municipal de Monchique relativamente à proposta do PROIALgarve foi aprovado por unanimidade.-----

Nesta conformidade a Assembleia Municipal de Monchique delibera subscrever aquele parecer.-----

Seguidamente deu-se entrada ao ponto seguinte da ordem de Trabalhos.-----

Um ponto dois: Plano Regional do Ordenamento Florestal do Algarve (versão final);-----

Após a introdução deste ponto, cujo documento técnico contendo o parecer da Câmara de Monchique sobre a proposta final do PROFAlgarve passa a constituir o anexo n.º 7/2006 às actas, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----Falou

o Presidente da Câmara, tendo feito uma resenha histórica das acções e iniciativas que tinham conduzido à produção desta proposta de PROFAlgarve desde a deliberação do Conselho de Ministros de 1999 que criou o Plano Nacional Florestal, passando pela primeira caracterização do Plano Florestal Regional, a qual até nem tinha desagradado a câmara porquanto reconhecia no concelho de Monchique uma zona de produção, com uma componente de protecção de habitats, e chegando ao ponto em que se encontra em que, num curto espaço de tempo e sem qualquer justificação técnica, passou a zona de protecção, relegando a componente produtiva para

segundo plano.-----

Falou a eng^a Sónia Lopes Martinho tendo começado por dizer que este plano era suposto integrar, a exemplo do PROTAlgarve, as directivas do Plano Nacional Florestal. Prosseguiu explicando as implicações que a alteração verificada entre as duas versões comportava. Trocando a primeira prioridade produção pela conservação verificar-se-ia que a actividade florestal no concelho sofreria uma penalização séria pelas limitações que se colocam a todo o tipo de trabalhos de exploração florestal quando a prioridade é a conservação. Por sua vez a proposta contraditava-se também porque, como esta alteração de hierarquias tinha sido introduzida à pressa, a caracterização técnica do concelho, originária da primeira versão mantinha-se como de produção florestal por prioridade. Soube-se que esta alteração introduzida fora concertada em duas reuniões havidas entre a DGRF e o ICN, mas não foi dada qualquer razão técnico-científica para tal.-----

Falou o Presidente da Câmara dizendo que este plano era exactamente o resultado duma tramóia entre dois institutos sentados à mesa fazendo-se mutuamente concessões e desprezando as outras entidades que têm a ver com o processo e, enquanto que no PROTAlgarve não foi feita a caracterização da unidade seria, aqui essa caracterização fora feita de modo satisfatório mas esse mesmo artifício concertado veio alterar o documento e criar as contradições que eram evidentes.-----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao plenário para os membros puderem colocar questões sobre o assunto em apreciação.-----

Falou o membro Rui André perguntando se o levantamento de eucaliptal mencionado se referia a antes ou depois dos incêndios porque as percentagens de ocupação daquela espécie apresentadas suscitavam-lhe algumas dúvidas. Disse também que outrora o concelho de Monchique não fora uma zona de produção e questionava-se se não seria até ideal salvaguardar primeiro as zonas de protecção antes de se definirem as de exploração e será que o documento do PROTAlgarve não tentava propor a hierarquização de prioridades provavelmente para salvaguardar a existência de zonas de protecção antes de ser tudo tomado pela exploração silvícola.---

Falou a eng^a Sónia Martinho dizendo que o inventário de solos fora feito antes dos incêndios tendo havido levantamentos complementares no terreno para validar a informação; as áreas de eucaliptal mantêm-se as mesmas de

2003 e ainda assim preconiza-se uma redução dessas áreas com eventual reconversão. Contudo as áreas de protecção e de conservação têm de ser justificadas e definidas por factores técnicos e não apenas por se pretender aplicá-las à generalidade do concelho.-----

Falou o membro Luís Grade, do PSD, dizendo que, mesmo a nível de classificação de solos 93% do território concelhio de Monchique integrava as classes D e F, correspondendo estas a aptidão florestal, portanto a lógica era que fosse considerado primordialmente de produção.-----

Falou o membro Paulo Rosa do PSD, começando por dizer que se congratulava com o facto de os técnicos terem prestado uma ajuda útil à classe política, pois os esclarecimentos que forneceram foram melhores que todo o amontoado de ideias dos documentos das propostas. Por seu lado aceitava de boa fé as razões aduzidas por desconhecer os documentos, contudo pensava que as razões de colocar a tónica na protecção poderia eventualmente justificar-se se se soubesse que isso pudesse vir a ser benéfico para o concelho em termos de acesso a fundos estruturais.-----

Terminadas estas alocuções o deputado Rui André questionou ainda da possibilidade eventual de este documento não ser votado nesta sessão a que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu negativamente porquanto o assunto já estava agendado e tratava-se apenas de confirmar ou infirmar uma posição da Câmara Municipal.-----

Seguidamente leu as conclusões do parecer após o que o colocou à votação - Contabilizados os votos verificou-se que o parecer técnico da Câmara Municipal de Monchique relativamente à proposta do PROFAlgarve foi aprovado por maioria com a abstenção do membro Rui André.-----

Nesta conformidade a Assembleia Municipal de Monchique delibera subscrever aquele parecer.-----

Após a votação deu-se entrada ao ponto seguinte da ordem de Trabalhos.----

Um ponto três: Plano Sectorial da Rede Natura (versão para discussão pública);-----

Após a introdução deste ponto cujo documento técnico contendo o parecer da Câmara de Monchique sobre a versão para discussão pública do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) passa a constituir o anexo n.º 8/2006 às actas, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

Falou o Presidente da Câmara começando por dizer que a cartografia antiquada e deficiente que sustentava este plano sectorial não definia zonas, não permitia a identificação de habitats e nem sequer possibilitava que os proprietários de terrenos ficassem a saber que tipos de intervenção poderiam fazer nos seus terrenos, e este, basicamente, seria o ponto forte de contestação pelo qual a Câmara Municipal se iria bater. Na gestação deste documento, que fora o que se apresentara para discussão pública, tornava-se óbvio que o ICN pretendia a sua rápida aprovação sem muita contestação - Falou o engº José Montez começando por dizer que este plano, ao onerar o município ou as pessoas com a conservação deveria ter previsto as contrapartidas para garanti-la, de acordo com o princípio da perequação compensatória, e não o fizera. Sendo as medidas preconizadas, de tal forma gravosas e penalizadoras, se não se verificasse essa condição, o resultado, a médio prazo, seria o oposto ao pretendido e em lugar de conservação ocorreria o abandono. Conquanto as bases técnico-científicas que deram origem à elaboração do plano fossem irrefutáveis, a cartografia, de mapas muito antigos, era inaceitável por imprecisa e ilegível como inaceitável era também que o que a comunidade científica que se debruçara sobre a elaboração deste plano não conseguiu fazer de 1999 até agora - cartografar habitats e espécies, fosse agora imposto aos municípios para um prazo de seis anos, podendo-se descortinar aqui uma tentativa ilegal de inversão de quem deve prestar o ónus da prova. Nos documentos também não havia uma menção sequer aos incêndios de 2003 e 2004 que assolaram o concelho, significando isto que este factor não foi tomado em conta para referenciar mais que prováveis alterações de localização de habitats e presença de espécies. Todas estas circunstâncias, de contornos não muito claros, levantavam suspeições legítimas e motivavam a oposição frontal da Câmara de Monchique à sua implementação.-----

Falou o membro Rui André dizendo que achava que as áreas protegidas deveriam constituir-se como espaços vividos, com a presença do ser humano, correndo-se, doutra forma, o risco de qualquer dia ser necessário preparar um plano para preservar o habitat pessoas. Concordava que se estava a trabalhar com documentos obsoletos sem validade, contudo lembrava-se de ter ouvido o Presidente da Câmara dizer que a autarquia tinha em tempos adquirido cartografia digital e assim perguntava porque razão esta não fora utilizada para este plano.-----

O Presidente da Câmara respondeu ao membro dizendo que a cartografia digital de que o município dispunha respeitava à correlação do cadastro rústico com a geografia do território e não tinha qualquer referência a habitats. Mesmo que pudesse ter servido como base para tal elaboração, teria de se recorrer sempre a instrumentos de aferição para a sua validação. Deu depois um exemplo de uma situação ocorrida de um parecer negativo emitido pelo ICN com base em que na região pretendida para a construção de uma piscina existia um manto de carvalho; tendo-se os serviços do município deslocado ao local verificaram que se tratava de uma zona de eucaliptos e citrinos, ardidos no incêndio de 2003, posto o que a autarquia recorreu ao ministro da tutela dando-lhe conta do erro do ICN. Este exemplo ilustrava a fé que se podia ter naquele instituto para outras zonas do concelho.-----

Falou o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que, perante as informações que tinham sido prestadas, chegava-se à conclusão que a base técnico-científica sobre a qual este plano fora elaborado não era incontestável, como fora dito, mas sim incorrecta por via de as premissas que lhe deram origem serem em si erróneas.-----

Falou o membro Paulo Rosa dizendo que a proposta de plano sectorial, efectivamente fora baseada em dados erróneos muito por culpa de não se ter ouvido as partes interessadas, mas também era certo que, a mais das vezes, mesmo pretendendo ouvir os interessados o ICN esbarrava num muro de silêncio porque aquela entidade era das que mais respeito e receio infundia nas pessoas. Por isso, por vista a prevenir futuras situações como esta seria boa ideia convidar os responsáveis daquele instituto a visitarem o território, para lhes ser mostrado o que existe efectivamente.-----

Terminada esta intervenção o Presidente da Assembleia Municipal leu as conclusões do parecer da Câmara Municipal após o que colocou este ponto à votação -----

Contabilizados os votos verifica-se que o parecer técnico da Câmara Municipal de Monchique relativo à versão para discussão pública do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 foi aprovado por unanimidade.-----

Nesta conformidade a Assembleia Municipal de Monchique delibera subscrever aquele parecer -----

Após a votação deu-se entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos ---

Um ponto quatro: Plano de Ordenamento da Barragem de Odelouca -

caracterização e pré-proposta de ordenamento (INAG).-----

Após a introdução deste ponto cujo documento técnico contendo o parecer da Câmara de Monchique sobre a pré-proposta de Plano de Ordenamento da albufeira de Odelouca passa a constituir o anexo n.º 9/2006 às actas, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para este complementar o documento.-----

Falou o Presidente da Câmara tendo dito que o documento em apreço estava suficientemente explícito pelo que não se justificava complementação oral, contudo fez notar que neste caso o ICN assumira uma postura diferente da que tivera relativamente ao PSRN2000 pois aqui manifestara algum espírito de diálogo e de trabalho de equipa.-----

Falou o membro Luís Grade, do PSD, perguntando se já tinha havido contactos com a "Águas do Algarve", no âmbito do que preconizava o parecer relativamente ao estudo de sistemas de tratamento de efluentes de suiniculturas.-----

Respondeu o Presidente da Câmara dizendo que o estudo já estava preparado e em poder da Suinigarbe que para a sua elaboração recebera apoio técnico da Câmara Municipal.-----

Terminadas estas intervenções, não havendo mais ninguém interessado em usar da palavra foi este ponto colocado à votação.-----

Contabilizados os votos verificou-se que o parecer da Câmara Municipal de Monchique relativo à pré-proposta de Plano de Ordenamento da albufeira de Odelouca foi aprovado por unanimidade -----

Nesta conformidade a Assembleia Municipal de Monchique delibera subscrever aquele parecer -----

Tratando-se de uma sessão extraordinária e não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas 00h45 do dia 22 de Março de 2006, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

